

ano 16 - n. 46 | janeiro/junho - 2022
Belo Horizonte | p. 1-463 | ISSN 1982-1921
Direitos Fundamentais & Justiça

DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA

Revista do Programa de Pós-Graduação,
Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS

Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça
Revista Brasileña de Derechos Fundamentales y Justicia
Brasilianische Zeitschrift für Grundrechte und Gerechtigkeit
Brazilian Journal of Fundamental Rights and Justice
Révúe Brésillienne de Droits Fondamentaux et Justice
Rivista Brasiliana di Diritti Fondamentali e Giustizia

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Nota Editorial	15
Editorial	17

DOCTRINA ESTRANGEIRA

Brasil, Alemanha e Áustria: os direitos sociais são direitos fundamentais garantidos constitucionalmente?

Rosana Helena Maas, Stephan Kirste	21
1 Introdução.....	22
2 Direitos fundamentais sociais: a questão terminológica.....	23
3 Os direitos fundamentais sociais na ordem de direitos a prestações positivas: direitos de defesa e direitos de prestação	27
4 Panorama Brasil, Alemanha e Áustria: os direitos sociais são direitos fundamentais garantidos constitucionalmente?.....	30
4.1 Brasil.....	31
4.2 Alemanha	35
4.3 Áustria	41
5 Conclusão.....	48
Referências.....	49

Política climática e proteção dos direitos fundamentais – Necessitamos de um direito fundamental à proteção ambiental?

Christian Calliess	53
1 Introdução.....	53
2 Direito fundamental à proteção ambiental.....	55
2.1 Estado do debate no Direito Constitucional alemão	55
2.2 Possibilidades e limites de um direito fundamental judicializável à proteção ambiental.....	59
2.2.1 A dimensão material.....	59
2.2.2 Conclusão provisória.....	62
2.2.3 A dimensão procedimental	63
2.2.3.1 Impulsos do Direito Internacional	64
2.2.3.2 Impulsos do Direito Europeu.....	65
2.2.4 Inferência para um direito fundamental de caráter procedimental à proteção ambiental e climática.....	67
2.3 Diretrizes materiais de um direito fundamental ao meio ambiente na forma do mínimo existencial ecológico	68
2.3.1 Fundamentos do mínimo existencial ecológico no Direito Constitucional alemão	69
2.3.2 Vinculação aos limites do planeta e ao princípio da precaução	70
3 Resultado conclusivo	75

Controle de constitucionalidade e relações entre ordenamentos	
Francisco Balaguer Callejón	77
Introdução.....	78
1 A ruptura do princípio de hierarquia no Estado constitucional	80
2 As relações entre ordenamentos e o conceito de mediação normativa	86
3 Princípio de competência e controle de constitucionalidade.....	90
4 As normas externas como objeto e como parâmetro de controle	96
5 A abertura da jurisdição concentrada e seus limites	100
6 Parâmetros de controle de constitucionalidade	105
7 Classes de controle em função do parâmetro, do objeto e do órgão de controle ..	107
Conclusões	110
Referências.....	115

DOCTRINA NACIONAL

Quem é o culpado? Uma análise criminal das interações humanas com a inteligência artificial

Rogério Luís Marques de Mello, Rafael José Nadim de Lazari	123
1 Introdução.....	124
2 Fundamentos da responsabilidade penal no Brasil	125
3 Mente humana e inteligência artificial	127
4 Responsabilidade penal da inteligência artificial.....	129
4.1 Responsabilidade penal decorrente da inteligência artificial sem autonomia.....	130
4.2 Responsabilidade penal do ser humano por trás da inteligência artificial autônoma ...	137
4.3 Responsabilidade penal da inteligência artificial autônoma	141
Conclusão.....	149
Referências.....	151

Datificação e vigilância: o Judiciário é guardião dos direitos fundamentais na sociedade digital?

José Adércio Leite Sampaio	155
1 Introdução.....	155
2 A sociedade digital	157
3 Um tribunal especializado para autorização.....	164
4 Um tribunal especializado para supervisão e controle	169
5 Considerações finais	170
Referências.....	172

O direito de acesso à justiça sob a luz do Neoconstitucionalismo e a tutela de interesses tributários do contribuinte

Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa, Guilherme Paes de Barros Geraldi, Filipe Costa Souza ...	177
1 Introdução.....	178
2 Breve análise da evolução histórica da concepção do Direito, o Neoconstitucionalismo e a eficácia dos princípios constitucionais	179
2.1 Breve análise da evolução histórica da concepção do Direito.....	179
2.2 O Neoconstitucionalismo e a eficácia dos princípios constitucionais	181

3	O direito de acesso à justiça e o direito tributário.....	185
3.1	O acesso à justiça: origem, evolução e o plano brasileiro.....	185
3.2	O direito de acesso à justiça e a tutela de interesses tributários dos contribuintes ..	188
3.2.1	Os custos do processo tributário	188
3.2.2	A inexistência de instrumentos processuais capazes de proporcionar tutela jurisdicional coletiva em matéria tributária	191
4	Conclusão.....	201
	Referências.....	203

Povos indígenas e direitos humanos: luta por reconhecimento

	Celiane Borges Cavalcante, Rosani Moreira Leitão, Roberta Caiado de Castro Oliveira, Fernando Antonio de Carvalho Dantas.....	205
	Introdução.....	206
1	Direito e povos indígenas no plano internacional	207
2	Direito e povos indígenas no Brasil	211
3	A (in)efetividade da positivação dos direitos dos povos indígenas.....	212
4	Desconstruir para reconstruir: por uma democracia dialógica e práticas colaborativas e interculturais	215
	Conclusão.....	218
	Referências.....	220

O cânone de Direitos Humanos e as mobilizações indígenas em prol de suas terras no Brasil

	Douglas Oliveira Diniz Gonçalves, Fran Espinoza, Vilobaldo Cardoso Neto	223
	Introdução.....	224
1	O cânone de Direitos Humanos: o vazio da palavra escrita.....	225
2	Transbordamento do cânone de Direitos Humanos.....	233
3	Mobilizações indígenas em prol de suas terras no Brasil	237
	Considerações finais	242
	Referências.....	244

A contribuição da mulher para o desenvolvimento socioeconômico: uma análise empírica a partir da Constituição Federal de 1988

	Bruna Antunes Ziliotto, Oksandro Osdival Gonçalves	247
1	Introdução.....	248
2	A mulher brasileira na história: transformações legislativas sob a ótica civil-constitucional.....	248
3	A mulher e o desenvolvimento econômico-social	253
4	Análise empírica	262
4.1	Anuário Estatístico CEPAL 1998	263
4.2	Anuário Estatístico CEPAL 2008	264
4.3	Anuário Estatístico CEPAL 2018	265
4.4	Análise de dados.....	265
5	Conclusão.....	268
	Referências.....	271

Garantismo e o controle da omissão administrativa na concretização dos direitos sociais – Repercussões para a inadequação dos presídios brasileiros

Francisco Elnatan Carlos de Oliveira Júnior, Nestor Eduardo Araruna Santiago	273
Introdução.....	274
1 Premissas garantistas	276
1.1 Princípio da legalidade e princípio da separação dos poderes	277
1.2 Natureza predominantemente cognitiva da função jurisdicional: a submissão dos juízes somente à lei.....	279
1.3 Garantias primárias e secundárias. Direitos fundamentais	283
1.4 Violação às garantias primárias. Lacunas estruturais. Controle da omissão legislativa	286
2 Inadequação dos presídios brasileiros: um problema de omissão administrativa ..	290
3 Concretização sucessiva de direitos fundamentais	295
4 Reserva do possível e controle orçamentário	299
5 Julgamento do RE nº 592.581/RS	302
Considerações finais	303
Referências.....	305

Mulheres negras na política nacional: por uma nova epistemologia inclusiva

Clarice Paiva Moraes, Edimur Ferreira de Faria	309
Introdução.....	309
1 Importância do feminismo negro no Brasil	311
2 Direito e neutralidade.....	321
3 Políticas públicas e representatividade das mulheres negras no cenário nacional ...	324
4 Por uma nova roupagem epistemológica interseccional: representatividade e políticas públicas focalizadas	327
5 Conclusão.....	330
Referências.....	331

A tutela do direito à saúde na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Tiago Fuchs Marino, Luciani Coimbra de Carvalho, Luiz Guilherme Arcaro Conci	335
Introdução	336
1 Apontamentos preliminares sobre a internacionalização dos direitos humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos	337
2 O reconhecimento dos direitos sociais no Direito Internacional dos Direitos Humanos	340
3 A fase da proteção indireta do direito à saúde na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	344
4 A fase da proteção direta do direito à saúde na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	351
Conclusão.....	357
Referências.....	358

Adoção do modelo de regulação pela arquitetura de código e práticas de *Privacy by Design* e *by Default* para o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil

Cinthia Obladen de Almendra Freitas, Lucas Bossoni Saikali, Rafael Almeida Oliveira Reis ...	363
1	Introdução..... 364
2	A proteção dos dados na sociedade da informação e o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados 365
3	O surgimento do Estado gerencial em um contexto de crise 370
4	A regulação via arquitetura de código como alternativa ao modelo tradicional 375
4.1	A regulação da <i>internet</i> : um paralelo para a regulação da proteção de dados no Brasil..... 376
4.2	O <i>Privacy by Design</i> e <i>by Default</i> como modelo de regulação a ser adotado 378
5	Conclusão..... 382
	Referências..... 383

A necessidade de controle constitucional do estado de anormalidade provocado pela pandemia da COVID-19

Adriana de Farias Pereira, Nefi Cordeiro	387
1	Introdução..... 388
2	Da declaração do surto de pandemia da COVID-19..... 391
3	A regulamentação brasileira 392
4	A crise democrática 395
5	Elementos de direito constitucional comparado..... 397
6	O direito constitucional de exceção no Brasil 399
7	A construção da regulamentação jurídica sobre a pandemia e o retorno da proteção aos direitos fundamentais 401
8	Sugestões para o combate eficiente de disseminação de pandemias, diante da necessidade de uma legislação epidemiológica de caráter geral..... 407
9	Os reflexos criminais da legislação atual e da futura 410
10	Conclusão..... 416
	Referências..... 418

A humanização do parto e a conduta do obstetra

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, Sarah Silveira Camargo.....	425
	Introdução..... 425
	Violência obstétrica 429
	Conflito de interesses 432
	Judicialização da saúde..... 437
	Considerações finais 440
	Referências..... 442

RESENHA

DWORKIN, Ronald. *Religião sem Deus*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. 142 p.

Elaine Pimentel, Isabelle de Souza Bordallo	449
1 Notas iniciais: Dworkin e a religião.....	449
2 Precedentes filosóficos	451
3 Dworkin e a liberdade	453
4 Notas finais: religião, morte e bem viver.....	455
Referências.....	456
Normas editoriais.....	459

Table of Contents

Editorial	17
------------------------	----

FOREING DOCTRINE

Brazil, Germany and Austria: are social rights fundamental rights constitutionally guaranteed? Rosana Helena Maas; Stephan Kirste	21
Climate policy and the protection of fundamental rights - do we need a fundamental right to environmental protection? Christian Calliess	53
Constitutionality control and relations between legal systems Francisco Balaguer Callejón	77

NATIONAL DOCTRINE

Who is to blame? A criminal analysis of human interactions with artificial intelligence Rogério Luís Marques de Mello, Rafael José Nadim de Lazari	123
Datification and surveillance: Is the Judiciary the Guardian of Fundamental Rights in Digital Society? José Adércio Leite Sampaio	155
The right of access to justice from the point of view of Neo-constitutionalism and the protection of the taxpayer interests Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa, Guilherme Paes de Barros Gerald, Filipe Costa Souza	177
Indigenous peoples and human rights: struggle for recognition Celiane Borges Cavalcante, Rosani Moreira Leitão, Roberta Caiado de Castro Oliveira, Fernando Antônio de Carvalho Dantas	205
The canon of Human Rights and the indigenous mobilizations for their lands in Brazil Douglas Oliveira Diniz Gonçalves, Fran Espinoza, Vilobaldo Cardoso Neto	223

The contribution of women to socioeconomic development: an empirical analysis from the Federal Constitution of 1988 Bruna Antunes Ziliotto, Oksandro Osdival Gonçalves	247
Guarantee and control of the administrative omission in the effectiveness social rights: Repercussions in face of the inadequacy of Brazilian prisons Francisco Elnatan de Oliveira Júnior, Nestor Eduardo Araruna Santiago	273
Black women in national politics: towards a new inclusive epistemology Edimur Ferreira de Faria, Clarice Paiva Morais	309
The protection of the right to health in the inter-american court of human rights jurisprudence Tiago Fuchs Marino, Luciani Coimbra de Carvalho, Luiz Guilherme Arcaro Conci	335
Adoption of the regulation model by the code architecture and privacy by design and by default practices for the regulatory scenario of personal data protection in Brazil Cinthia Obladen de Almendra Freitas, Rafael Almeida Oliveira Reis Lucas Bossoni Saikali	363
The need for constitutional control of the abnormality state caused by the covid-19 pandemic Adriana de Farias Pereira, Nefi Cordeiro	387
The humanization of childbirth and the obstetrician conduct Sarah Silveira Camargo, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis	425
BOOK REVIEW	
Critical review of the book Religion without God, by Ronald Dworkin Elaine Cristina Pimentel Costa, Isabelle de Souza Bordalo	449